

Transição urbana, urbanização extensiva e meio ambiente: diálogos possíveis¹

Roberto L. Monte-Mór²

Harley Silva³

Resumo

A chamada teoria das transições demográficas constitui uma das contribuições teóricas mais significativas às ciências sociais e à compreensão da mudança da realidade humana, moderna e contemporânea. Recentemente, os estudiosos em demografia têm se aproximado de um novo conceito forte, denominado transição urbana, cuja importância reside, entre outros aspectos, no diálogo mais intenso da área de estudos populacionais com os problemas urbanos. Em países periféricos, como o Brasil, a rapidez e intensidade da transição demográfica e do processo de urbanização são questões candentes para os estudiosos dadas suas conexões e conseqüências para a sociedade e economia. Nesse sentido, a aproximação entre estes campos de estudo e o conceito de urbanização extensiva – isto é, um processo de urbanização que se estende pelo espaço social para além das cidades – cria ricas possibilidades de diálogos. A ênfase no processo de urbanização, tanto na sua forma intensiva quanto na forma extensiva, implicando uma preocupação central com as condições de vida coletiva, encontra também nas questões ambientais um contraponto que contribui para redefinir as questões relacionadas à distribuição, apropriação e bem estar das populações no espaço social. Estes aspectos e suas relações e implicações mútuas no contexto brasileiro são explorados no texto.

Palavras chave: transição urbana, urbanização extensiva, questões ambientais, Brasil.

Introdução

Os estudos de população têm na chamada *teoria das transições demográficas* uma de suas mais significativas contribuições às ciências sociais e à compreensão da mudança da realidade humana, moderna e contemporânea. Num campo de estudos que costuma ser criticado por um pequeno investimento na ampliação e consolidação de seu corpo teórico (Lesthaeghe, 1997), o aprofundamento e expansão das partes mais importantes deste, é uma iniciativa significativa.

Recentemente, os estudiosos em demografia têm se aproximado de um novo conceito, denominado *transição urbana*. O termo é empregado ainda de forma não muito freqüente e não aparece ainda como um dos campos de maior importância no debate da área. Sua relevância, no entanto, pode ser apontada – entre outros aspectos – na possibilidade que abre de diálogo entre o debate da(s) transições demográficas, por um lado, com a *problemática urbana* por outro. Noutros termos, o conceito cria um campo de convergência importante entre problemas os quais são com mais freqüência abordados de forma separada do que conjunta: a mudança entre regimes demográficos, com seus componentes sócio-históricos, e a

¹ Trabalho apresentado no IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em La Habana, Cuba, del 16 al 19 novembro de 2010.

² Professor e pesquisador do Cedeplar-UFMG

³ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de do Estado de Minas Gerais, Brasil. Mestre em Demografia pelo Cedeplar-Universidade Federal de Minas Gerais.

produção e reprodução do espaço urbano⁴ e, conseqüentemente, as implicações sócio-espaciais da distribuição e reprodução da população no território.

Em países periféricos, como o Brasil, a rapidez e intensidade tanto da transição demográfica como do processo de urbanização são questões centrais para a compreensão da sociedade, fato que constitui um dos aspectos mais peculiares da investigação em demografia no país (Carvalho e Garcia, 2003). De fato, ambas aparecem como faces correlatas de um processo intenso de mudança qualitativa e quantitativa pela qual passa a sociedade. Este se reflete na forma como a população *escolhe*, com maior ou menor grau de autonomia, seu comportamento reprodutivo, sua permanência ou deslocamento em termos de moradia e/ou trabalho, a forma como sofre ou desfruta condições de saúde, sobrevivência ou longevidade. Simultaneamente os processos sociais envolvidos, convivem de maneira dialética com formas espaciais – cidades, campo, regiões, urbano – produzindo-as, sendo por elas produzidas.

Ainda outras aproximações/interações. As mudanças *contemporâneas*, transcorridas em décadas recentes, reunidas sob variados rótulos, mas que expressam a aceleração do espaço-tempo na sociedade de dinâmica socioeconômica global, do *meio técnico científico informacional* microeletrônico (Santos 1996), tem sua expressão numa re-elaboração das teorias do urbano, tanto quanto na compreensão da dinâmica das populações. Nesta emerge a idéia de que ocorre uma segunda transição demográfica, ora levando mais adiante tendências já em curso, ora redirecionando o comportamento das variáveis demográficas chave – fecundidade, mortalidade, migração. O indivíduo avança deslocando a família como instituição organizadora da sociedade, encontrando novas e fluidas formas de associação pessoal e domiciliar (Buzar, Ogden e Hall 2005), produzindo outras relações com a reprodução, novas relações com o espaço, com o consumo e a economia. Nas teorias do urbano, coloca-se em questão a necessidade de novas formas de compreensão para uma produção social do espaço que segue sob novas determinações. Já não mais a compreensão da realidade baseada em categorias duais cidade/campo; urbano/rural; local/não local; centro/periferia. No lugar das dualidades, o múltiplo, o ambíguo, o sobreposto e convivente. Afirmam-se novas dinâmicas e novas formas decorrentes da implosão/explosão sobre si da *cidade* como projeto de emancipação humano, palco da vida política e luta por direitos, espaço privilegiado da produção e sua realização. Emerge o *urbano extensivo* (Monte-Mór 2004) síntese, novo momento, dos dualismos do espaço aos quais acabamos de nos referir.

Em termos de investigação e pesquisa, o cenário é desfavorável para corpos teóricos estanques, demasiado voltados para seus próprios instrumentos e conceitos. Na compreensão de uma realidade que se torna mais complexa, amplia-se a necessidade de diálogo, de fricção entre corpos de conhecimento (Harvey 2006) como caminho mais frutífero. É a proposta que se faz aqui: um encontro entre os estudos de populações e a reflexão sobre a natureza e dinâmica do *fenômeno urbano* (Lefebvre 2008); entre a noção de *urbanização extensiva* (Monte-Mór 2006, 2007), e a idéia de *transição urbana*.

O fenômeno urbano, segundo a interpretação construída por Henri Lefebvre, tende para a totalidade, no sentido de que no seu movimento de constituição vem a abarcar as múltiplas faces do real:

⁴ O termo carrega sentido amplo, indo além oposição urbano-rural, como se dirá a seguir. É visto como “*forma e processo* sócio-espacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exigiam. O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo” (Monte-Mór, 2006a. Grifo nosso).

O fenômeno urbano seria o fenômeno social total tão procurado pelos sociólogos? Sim e não. Sim no sentido de que o urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingi-la. (...) sim no sentido em que nenhum determinismo parcial, nenhum saber parcelar o esgota; ele é ao mesmo tempo histórico, demográfico, geográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico, etc. (Lefebvre 2008; p. 154).

No entanto,

nem a separação dos fragmentos, nem sua reunião confusa podem definir (portanto exprimir) o fenômeno humano. Ele depende de uma leitura total, reunindo os léxicos (leituras parciais) dos geógrafos, demógrafos, economistas, sociólogos, semiólogos, etc. (...) não pode ser definido nem pela soma ou síntese nem pela superposição [dessas leituras]. Nesse sentido, ele não é a totalidade (Idem, p. 154-155).

Em outra dimensão, o processo de urbanização, em sua forma intensiva ou extensiva, implica uma preocupação central com as condições de vida coletiva e encontra nas questões ambientais um contraponto que contribui para redefinir as questões relacionadas à distribuição, apropriação e bem estar das populações no espaço social.

Contemporaneamente – sobretudo desde o último quarto do séc. XX – processos simultâneos de aprofundamento e difusão, em escala global, das condições de vida urbano-industrial colocaram na ordem do dia os problemas e a busca de soluções para “a questão ambiental”. A emergência desta *frente de problemas*, decorrente de uma divergência crescente entre certa organização da produção capitalista e a qualidade/disponibilidade de recursos naturais e as condições de vida humana e das demais formas de vida, veio a se tornar uma dimensão fundamental de todo o funcionamento do sistema capitalista atual (Colby, 1991). Tal conflito ganha expressão concreta – *física, social, econômica, política, institucional* – nas cidades, na vida urbana e assim, fechando o ciclo, retornamos à interação entre os temas do urbano e da dinâmica das populações, e destas com as questões ambientais, cujos contornos urbanos se tornam cada vez mais inequívocos, a despeito de um enraizado viés anti-urbano de que se ressentem o pensamento e o ativismo pró-ambiental.

Nos estudos de população esse viés analítico tendeu a encontrar acolhida favorável, talvez em função da importante herança malthusiana nos modelos de análise que incorporaram de forma diversa a sua visão. A obra de T. R. Malthus marcou, ao longo dos séculos XIX e XX, de forma fundamental, a discussão sobre a forma como as variáveis de população interagem e/ou impactam o ambiente e o bem estar das sociedades humanas. Malthus apontou como aspectos privilegiados nessa relação o tamanho e ritmo de crescimento das populações. Trazida para o debate ambiental do Séc. XX, essa visão reage – em geral – de forma negativa às cidades – ou ao urbano – como forma de organização social. Afinal, foi nas cidades em que se deu com maior intensidade o crescimento da população, especialmente nos países pobres. Nestes o processo de urbanização – como transferência de população para as cidades e periferias urbanas, mas também como modificação qualitativa da produção e reprodução da sociedade capitalista – tem como uma de suas faces o próprio processo de transição demográfica.

Este trabalho propõe a discussão das possibilidades de diálogo entre a teoria das transições demográficas em suas conexões com a temática urbana, em particular as idéias de *transição urbana* e *urbanização extensiva*. A hipótese é que, o emprego de ambas no campo dos estudos de população tem o potencial de ampliar a compreensão do urbano como fenômeno que transcende o espaço das cidades e que se estende, virtualmente, ao espaço social como um todo. Essa difusão/extensão, se tende para a construção de um espaço social homogeneizante

(Lefebvre 1999), vem de fato a cristalizar-se como realidade diversa, múltipla no tempo e no espaço, na medida em que reage a aspectos e arranjos socioeconômicos/espaciais locais, em uma dinâmica similar à multiplicidade que se observa também nos processos de *transição demográfica*. Esta vem a ser, portanto não *um* único processo em curso, mas um conjunto destes, os quais transcorrem simultaneamente, em distintos espaços e tempos, mas também em distintos grupos populacionais.

A teoria das transições demográfica

A teoria das transições demográficas lida com a noção de duas transições⁵ entre regimes demográficos, denominadas *primeira* e *segunda* transições. Podemos identificá-las como expressões *moderna* e *contemporânea* do fenômeno da acomodação das variáveis de população à afirmação de um modo de vida característico da vida na sociedade urbano-industrial, no primeiro caso, e no segundo do conjunto de aspectos peculiares de um período mais contemporâneo da experiência da moderna ou de algum arranjo social que ultrapassa, de alguma forma, a modernidade⁶.

Apresentaremos linhas gerais sobre a teoria das transições demográficas, tanto a *primeira* como a *segunda*. Não é nossa intenção uma apresentação exaustiva das abordagens existentes, inúmeras que são. O objetivo é uma visão do tema que permita conectar a teoria das transições demográficas à discussão do fenômeno urbano, assim como às idéias de *transição urbana* e *urbanização extensiva* ou, em outras palavras, ampliar na discussão das transições demográficas o papel da *produção social do espaço*.

A primeira transição demográfica

John Caldwell, um dos importantes teóricos da transição demográfica, atribui a *paternidade* da moderna teoria da transição demográfica a Frank Notestein (Caldwell, 1976). A interpretação de Notestein (1945) são a referência inicial da discussão, como atestam trabalhos de Easterlin (1985), Pollak e Watkins (1993) ou Mason (1997), autores de diferentes escolas teóricas, que tem a obra de Notestein como ponto de partida, mesmo que lhe atribuindo limitações diversas.

Notestein (1945), ou a teoria clássica da *first demographic transition* (FDT) incluindo autores como W. Thompson ou C. P. Blacker (Caldwell, 1976), representa o esforço pioneiro para interpretar as transformações demográficas no ocidente, na Europa especialmente, em curso desde o fim do séc. XIX, incluindo em direção um novo comportamento das taxas de fecundidade, mortalidade e migração, distinto do período urbano-industrial que emergia. Notestein atribui o declínio da fecundidade às mudanças sociais que acompanham e que, presumidamente, foram causadas pela industrialização e urbanização, produzindo inicialmente a queda da mortalidade, muito elevada nas sociedades pré-transição. A queda da mortalidade permitiria o aumento da probabilidade sobrevivência infante-juvenil, levando a não-necessidade do alto nível de fecundidade que constituía fator central no balanço de conservação contingente populacional indispensável às populações pré-transição, em função de suas economias rurais, trabalho-intensivas, com alta demanda por “braços” nas lavouras.

⁵ Há autores tratando de uma eventual terceira transição, caracterizada por uma “conjugação de baixíssima fecundidade com alta imigração internacional”. Ver Barros, Alves e Cavenaghi (2008).

⁶ Não é possível apresentar aqui o complexo debate em torno da experiência da modernidade e de sua permanência ou superação por um caráter pós-moderno nas sociedades atuais. Para o primeiro caso, ver Berman (2007); para o debate sobre pós-modernidade, ver Anderson (1998), Santos (1997) e Harvey (1996), entre muitos outros.

Mudança de longo alcance, a ascensão de sociedades urbano-industriais, capitalistas⁷, fez desorganizar-se o arranjo social que formatava o comportamento reprodutivo à necessidade de alta fecundidade: doutrinas religiosas, códigos morais, leis, hábitos de casamento, organização familiar e educação, entre outros, ajustados para manter a alta fecundidade.

Em contraste com a mortalidade, que caiu com relativa rapidez face às mudanças sanitárias, urbanas e comportamentais da modernização, a fecundidade, ou seus determinantes sociais, mudaria gradualmente e apenas em resposta a fortes estímulos de “modernização”. Novos padrões de comportamento emergiram: individualismo ou autonomia individual crescente, proeminência de interesses pessoais, desapego a tabus e normas tradicionais⁸. Estes cedem lugar a *instituições laicas* emergentes, como a *escola* e a *empresa capitalista*, expressões culturais da sociedade urbano-industrial, onde prevalecem critérios de *racionalidade* e *cálculo* que se impõem ao comportamento reprodutivo, *rompendo* o cenário anterior onde este tipo de comportamento era ausente ou apenas desviante (Notestein 1945).

Resta dizer sobre a conexão entre a FDT e os deslocamentos populacionais, mas uma análise ampla dessa relação é esse desafio que ultrapassa o fôlego deste trabalho. Até onde conhecemos, os principais trabalhos sobre o tema da transição demográfica não discutem explicitamente – embora também não se declare uma desconexão – a relação entre a mudança dos regimes de fecundidade e mortalidade e o comportamento migratório. No entanto, tomando como referência a discussão de Notestein sobre a emergência e afirmação do modo de vida da sociedade urbano industrial na Europa, desde o séc. XIX, é esse mesmo contexto que vê emergir a discussão “acadêmica” moderna sobre o tema da migração. O trabalho de E. G. Ravenstein, publicado em 1885, é considerado marco inicial da discussão do tema, e sua influência no estilo de interpretação e processo analítico “perdurará no campo científico por quase um século” (Fazito 2005).

Para nossos objetivos essa conexão entre a FDT e a intensificação dos processos migratórios é de grande importância. Migração e urbanização são faces de um mesmo processo amplo, de vivência e produção social do espaço sob a égide das relações orientadas para as necessidades de funcionamento e reprodução da economia de mercado capitalista. O que o trabalho de Ravenstein identificava, de uma maneira empirista e positivista (Fazito 2005), como “leis da migração” são conexões que se evidenciavam entre trabalho, capital e espaço construídas na Inglaterra que vivia pioneiramente sua revolução industrial. Vivia, simultaneamente a consolidação de cidades industriais, a substituição de relações tradicionais no campo por relações de propriedade e trabalho capitalistas, logo o início de um padrão de mobilidade dos trabalhadores bastante distinto do que vigorara na sociedade pré-industrial.

Os demógrafos têm utilizado intensamente esta teoria, mas também têm lhe feito pesadas críticas, especialmente em duas direções: a sua (in)adequação à escalas menores (ou mais *específicas*) de tempo e espaço, e a seu ajuste a situações onde não se viveu a seqüência tal como descrita por Notestein: *primeiro* o processo de modernização social e depois, em conseqüência, a queda da fecundidade. A ordem inversa teria sido o caso contrário em diversas sociedades, em especial fora da Europa. Critica-se o caráter generalista da formulação, que perde força diante das nuances da realidade empírica (Mason, 1997).

Por outro lado, as linhas gerais do debate em torno da FDT estão delineadas, explícita ou implicitamente, nos argumentos de Notestein, como uma volta à literatura pode confirmar

⁷ Curiosamente essa expressão e de certa forma sua abordagem não freqüentam o vocabulário em toda a discussão.

⁸ Uma interessante visão do processo é oferecida pelo escritor e político, membro da nobreza francesa, Tocqueville (1982).

(Lesthaeghe, 1997). Pelo menos três das principais correntes de explicação da transição são identificáveis: a visão predominantemente *econômica*, a visão dos *determinantes culturais* e o enfoque da *difusão*. Ocasionalmente, parte da fraqueza dos modelos explicativos posteriores residirá justamente em uma ênfase exagerada em algum desses aspectos e/ou desconsideração de outros.

A segunda transição demográfica

O termo *Second Demographic Transition* (SDT) é atribuído a um conjunto de mudanças nos padrões de formação união, dissolução e reconstituição de famílias durante a segunda metade do séc. XX. As principais mudanças têm sido operadas através do adiamento do casamento e da maternidade (paternidade), multiplicação do número de domicílios unipessoais e uniparentais, o prolongamento da permanência na casa paterna, formas de convivência marital informal (coabitação) e da procriação dentro destas relações, além do rápido aumento do número de divórcios (Lesthaeghe, 1997).

Todas essas transformações tem resultado em um novo momento de *declínio acentuado da fecundidade*, especialmente em países da Europa, atingindo nível abaixo da reposição⁹ e mesmo abaixo de uma taxa de fecundidade total (TFT)¹⁰ igual 1,4 por mulher. Nenhuma dessas alterações foi prevista, senão constatadas *a posteriori*, a partir de dados populacionais disponíveis no Ocidente (Lesthaeghe, 1997). Boa parte das observações e explicações formuladas na reflexão sobre a SDT pode ser vista como uma radicalização das tendências implícitas em um avanço da *ética de autonomia individual* já enunciada por Notestein (Coleman, 2004). Entretanto, para os principais formuladores do conceito, as *motivações* subjacentes a SDT diferem daquelas que predominaram no FDT.

Vale notar que, a teorização sobre a SDT também não se dedica a uma análise conjunta das variáveis demográficas, fecundidade, mortalidade, migração¹¹. A atenção se coloca especialmente sobre o comportamento da fecundidade, crescendo de modo distinto a análise de novos comportamentos em relação à vida familiar e domiciliar. Há – novamente, até onde conhecemos – destaque menor para a discussão de mortalidade e migração.

Lesthaeghe (1997) segue um arcabouço de interpretação histórica, atribuído ao historiador francês Philippe Ariès, identificando dois conjuntos de motivação para queda da fecundidade a partir do início da modernidade. A interpretação de Ariès lida com o crescimento do investimento por parte dos pais no que Lesthaeghe chama de *child quality*, que coincide com a difusão da (primeira) transição de fecundidade, partir do séc. XIX até início do XX. Corresponde a penetração dos ideais de vida burguesa, mesmo entre as classes menos abastadas. Essas, possivelmente percebiam os novos tempos onde percebiam vigorar o que Hobsbawm (2004) chama de o ideal da *carreira aberta ao talento*, em oposição às trajetórias pessoais muito determinadas por questões estamentais que caracterizara o *Ancien Régime* na Europa.

A esfera doméstica se constitui em *locus* das preocupações com a qualidade da formação e educação familiar, com o marido assumindo a função de provedor e a esposa de organizadora desta qualidade para todos os familiares, estabelecida grande assimetria de papéis entre os

⁹ Nível de fecundidade que teoricamente garante a reposição de uma população existente, com um crescimento igual a zero. É estimada como sendo de 2,1 filhos por mulher.

¹⁰ Medida demográfica que significa o número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo (Carvalho, Sawyer e Rodrigues, 1998).

¹¹ Em verdade, é preciso dizer que não cabe partir da exigência de uma teoria da transição demográfica que sempre contemple o conjunto das “variáveis demográficas”, conjunto, aliás, baseado numa visão da disciplina que pode mesmo tender para o particularismo científico que acima dissemos, não serve bem ao panorama contemporâneo.

gêneros no que chama de *quality-orientated model*. O segundo momento (SDT), que vigora a partir dos anos 1960, marca o declínio da era de *child-king* (Ariès, 1981).¹² É o momento da ascensão de preocupações mais centradas no adulto, do ideal de realização pessoal. Aí também está a valorização gradativa de relações menos desiguais entre cônjuges, contraparte da emancipação feminina por vias diversas: elevação da escolaridade, inserção no mercado de trabalho, controle sobre o comportamento reprodutivo propiciado por modernos métodos contraceptivos. Filhos permanecem sendo importantes, mas não mais ocupam o topo das preocupações do casal. Aí figuram cada vez mais preocupações voltadas para realização pessoal. A decisão de (não) ter e criar filhos não seria mais um fato (in)comum ou uma imposição biológica, tampouco a sua presença um vínculo inquestionável para a preservação de laços conjugais, como atesta a incidência de divórcios e dissoluções conjugais nas sociedades que passam pela SDT (Lesthaeghe, 1997).

Fora do âmbito estrito das relações homem-mulher, a autonomia do indivíduo em relação às instituições avança fortemente na segunda metade do séc. XX. O fato se reflete na emergência de muitos e fluidos arranjos familiares assim como no comportamento reprodutivo. Coabitação veio a ser um novo rito de passagem para a *protest generation*, embora não muito mais que uma expressão de autonomia para aqueles a quem chegava por difusão. “Libertos” da família como instituição organizadora da sociedade, os indivíduos encontram novas e cambiantes formas de associação pessoal. Múltiplos tipos de arranjos domiciliares, ditados ou não por formalidades legais ou religiosas, laços de parentesco e sangue. Ao longo da vida, que ganha em extensão desde a FDT, os indivíduos passam por vários tipos de arranjos, alguns conscientemente provisórios, como repúblicas ou moradias transitórias, outros nem tanto – casamentos e uniões estáveis/instáveis, residência com pais ou parentes por dissolução do núcleo familiar, vida de solteiro com amigos, casamentos *part-time*, famílias pluri-residenciais, casais *living apart together*, mudanças de opção sexual, entre outras. Assim, mudanças de atitude quanto à formação, dissolução e natureza das relações permanecem no coração das transformações familiares, domésticas e demográficas contemporâneas (Buzar, Ogden e Hall 2005).

Particularidades nas sociedades periféricas

Expusemos as linhas gerais do processo de transição demográfica, considerando o seu primeiro momento, quanto o segundo. Em verdade, cabe alinhar ambos os momentos de um ponto de vista que até aqui não enfatizamos: o papel do crescimento da população e o debate a respeito dos impactos do crescimento populacional para a natureza e o desenvolvimento. Esse caminho nos conduzirá à discussão que motiva a escrita deste trabalho, isso é, a aproximação do debate das transições demográficas com as questões urbanas, particularmente pela discussão dos conceitos de ***transição urbana vs urbanização extensiva***.

A consolidação e difusão da FDT implicou pelo menos três mudanças notáveis, a redução das taxas de mortalidade, o aumento da fecundidade (ou maior sobrevivência dos indivíduos nas primeiras idades), e o aumento da migração de áreas rurais rumo aos centros urbanos. Esse conjunto de novas condições significou aceleração das taxas de crescimento populacional, primeiro na Europa e mais tarde, à medida que algumas dessas condições se difundiam, ao longo dos demais continentes.

Novamente de forma pioneira Europa, e também América do Norte, viveriam o surgimento e difusão de um comportamento reprodutivo adaptado das famílias que contribuiu para a redução da fecundidade. Foi nestes continentes que mais cedo se deu o ajuste do comportamento das famílias ao novo padrão de sobrevivência das crianças, às novas

¹² Citado por Lesthaeghe, (1997).

aspirações quanto ao tamanho e tipo de criação de sua prole, à consolidação de novos papéis sociais para a mulher, – que não *a responsável* pela reprodução na família – aos novos métodos e facilidades contraceptivas disponíveis, entre outras condições da vida pós-revolução industrial. Estão aí condições para a reversão do alto ritmo de crescimento da população em direção a uma fecundidade moderada e mesmo baixa, tornando possível um padrão de crescimento da população europeia em um ritmo de crescimento mais lento tal qual o que caracterizara o regime anterior a mudança. Todo esse arco de mudanças entre a aceleração do crescimento e seu ajuste em nova configuração ou estrutura, foi um processo de longo prazo, cerca de um século, ao longo do qual países como a Inglaterra vivenciaram a passagem entre os regimes e abriu caminho para o cenário da SDT.

A difusão de condições de produção e reprodução da sociedade e do espaço urbano-industrial nos países periféricos se dava de forma desigual e incompleta, por razões diversas. Além disso, a temporalidade desse processo ocorreu de forma peculiar, tudo ocorrendo de forma muito mais rápida. Comparando os casos inglês e brasileiro Carvalho e Garcia (2003), concluem que:

Enquanto a Inglaterra, partindo, em 1870, de um nível menor (TFT de 5,3), necessitou de 100 anos para ter um declínio de 58% (TFT de 2,2, em 1970), o Brasil, nos 30 anos entre 1970 e 2000, experimentou uma queda de 60%, com sua TFT passando de 5,8 para 2,3 filhos nascidos vivos, por mulher (Carvalho e Garcia 2003, p.).

Além disso, formas e ritmos distintos também se verificam entre regiões de cada país e entre camadas da população. Estas podem conviver com diferentes estágios das mudanças demográficas, implicando uma superposição de tempos/processos em uma mesma população. Brito (2007), tratando da realidade brasileira, destaca que:

... um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população... (p. 10).

[Além disso] A transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais. O grau de desigualdade social no Brasil é reconhecidamente alto. O Censo de 2000 confirma esse fenômeno. (...) A pirâmide [dos subgrupos mais pobres] era muito semelhante [à das] populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a pirâmide do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa (p. 11).

Mudança demográfica e urbanização extensiva

Esse mosaico de transformações é em verdade um aspecto peculiar em sociedades periféricas, como a brasileira, onde convivem numerosos tempos, projetos de modernização, ilhas de modernidade conjugando-se de forma complexa com o pré-moderno que está praticamente em toda parte, podendo ou não ser sinônimo de atraso. Essa complexidade convive de forma fugidia, com as interpretações dualísticas da realidade, uma das quais a noção (dualística) de rural e urbano. A questão que se coloca é que essa dicotomia pode não ser tomada (apenas) como uma oposição. Recorrendo outra vez a Lefebvre (2008), aprendemos que a complexificação da sociedade que decorre das condições contemporâneas conduz o pensamento a confrontar-se com uma “revanche da dialética”. Afinal, a UNFPA já reconhece cabalmente o novo contexto fortemente ambíguo e a imprecisão dos conceitos no mundo contemporâneo:

defining the basic terms “urban” and “rural” in a universal way has always been problematic. As globalization advances, the division of human settlements into “rural” and “urban” can also be seen as increasingly artificial. Better transportation and communications bring cities, villages and farming areas ever closer. Rural areas come to look more like towns, while informality is transforming cities’ housing, services and workforces, and even production and consumption. But since mindsets, planning efforts and data are still compartmentalized, the rural-urban distinction is still necessary, although imprecise (UNFPA 2007, p. 6).

Ora, a definição dos conceitos de rural e urbano permanece relevante, ao mesmo tempo em que se torna turva. O par dicotômico torna-se par dialético, tendendo para uma situação síntese que tende simultaneamente a anular e preservar o estágio anterior. O *urbano contemporâneo* emerge como síntese de ambos, rural e urbano, adicionado às determinações novas da sociedade da era global, da informação rápida e em rede, do espaço/tempo comprimido:

O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social (Monte-Mór 2006a, p. 9-10)

Esse *urbano* se define como mais amplo e mais complexo do que foi seu momento anterior expresso na *cidade* e nas condições que a distinguem do seu entorno e do campo. Esse *urbano* se distingue por ser *extensivo*, no sentido que decorre de uma explosão/implosão da cidade – sobre si e seu entorno imediato, mas também seus espaços de influência distantes – determinada pelo seu encontro/confronto com a indústria e a industrialização e ainda pela mundialização das determinações desse processo, que não responde mais apenas ao próximo ou ao regional, mas também ao distante e ao global. Define-se, assim, a *urbanização extensiva*:

esta materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sócio-políticas e cultural intrínsecas à polis e à civitas que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade — o urbano — que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais de produção¹³ (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido¹⁴ carregando, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade (Monte-Mór 2006a, p. 10).

À compressão de processos sociais da contemporaneidade urbana se ajusta, portanto, a sincronia desconcertante das mudanças demográficas, de modo especial nas sociedades periféricas. A coexistência de tempos e processos revela-se nos diversos níveis e estágios conviventes de *organização parcial* das dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, iniciadas e reiniciadas de modo constante, mas também quase sempre inconclusas:

¹³ Conceito marxiano, compreendendo transportes e comunicações, e ampliado por Topalov (1979) e Lojkine (1981) para incluir outras questões ligadas ao “valor de uso complexo”, e aqui ampliado ainda mais para incluir questões relativas à reprodução coletiva e controle da força de trabalho.

¹⁴ Conceito de Lefebvre (1991), com o qual define a sociedade contemporânea como resultante de uma burocracia estatal e capitalista manipulando o comportamento do consumidor na vida cotidiana.

In countries like Brazil, where significant portions of the population have historically been excluded from the (western) project of modernity, the extension of capitalist urban-industrial relations — expressed within extended urbanization — to new and old regions and territories implies the production of diverse space-time-society combinations that represent not only local manifestations of hegemonic central (or first-world) urban-industrial processes and forms but also, and more particularly, local recreations of traditional practices informed by immediate needs deriving from those multi-temporal heterogeneities as they meld into the socially produced space (Monte-Mór 2004).

Acreditamos que incorporar à investigação demográfica uma percepção da realidade sócio-espacial e econômica que lide com a noção do *urbano extensivo* adiciona questões e possibilidades interessantes à pesquisa em estudos populacionais. Não é possível explorar essas possibilidades aqui com a intensidade devida. No entanto, cabe observar que os estudos em população não podem conferir a sua interface com a questão urbana um status menor do que no passado. Esse vínculo foi especialmente forte no momento em que a intensidade das migrações rural-urbanas tornava o debate sobre essa variável demográfica chave, a migração, uma questão da linha de frente no debate acadêmico e político.

Curiosamente, a própria “clareza” desta distinção rural-urbano parecia ser maior favorecendo, salvo engano, o fato de que mais estudos, mesmo aqueles não ligados à área de migração, estivessem preocupados, direta ou indiretamente, com “questões urbano-espaciais”. Essa clareza, prática e conceitualmente, tendeu a ser menor, acreditamos, na medida em que emerge o urbano como tendência à totalidade, a uma sociedade (virtualmente) urbana, nos termos de H. Lefebvre. Enquanto tornava-se menos visível, ou em verdade menos discernível, a dicotomia esfumava-se, (re)velando-se dialeticamente, mas – como dissemos – nem de longe perdendo sua importância. Ao contrário, no momento atual e no futuro virtual, ganha importância crescente, como destacam documentos da UNFPA dessa virada início de século:

‘The growth of cities will be the single largest influence on development in the 21st century.’ These were the opening words of UNFPA’s 1996 State of World Population Report. This statement is proving more accurate by the day (UNFPA 2007, p. 6)

O fato é que, se não se trata mais de tratar a relação tal qual ela foi incorporada e discutida no passado recente, não se trata também de abandoná-la por superada. Aí está, acreditamos, uma porta pela qual se pode rediscutir o tema empregando uma perspectiva contemporânea, e fazendo frente, inclusive, à temática colocada pelo fato marcante de que a sociedade (virtualmente) urbana (por completo) se afigura no horizonte mundial com a discussão da chamada *transição urbana*.

Transição urbana: novo enfoque?

No ano de 2008 a população urbana mundial ultrapassou a marca de 50% do total. Além disso, como vários estudiosos já anunciavam há mais tempo, o crescimento das populações urbanas responderá nos próximos anos pela maior parte da expansão da população mundial. As previsões catastróficas sobre um crescimento desastroso das cidades, a despeito disso, ao que parece já não freqüentam mais os debates (UNFPA 2007).

Pesquisadores têm empregado o termo *transição urbana* para se referir a esse fenômeno, isso é, que o percentual de população urbana tenha ultrapassado a residente em áreas rurais, isso é, que haja majoritariamente população urbana. Vários trabalhos lidam com o efeito desta transição no futuro do desenvolvimento humano sustentável, especialmente nos continentes africano e asiático (McGranahan et alli, 2009)

No entanto, o termo, de aplicação mais recente, não parece empregado em geral para descrever apenas esse fenômeno, especialmente em casos como do Brasil, na qual o fenômeno aconteceu já há algum tempo, meados da década de 1960.

Além disso, outros autores mencionam uma “teoria da transição urbana” com outras interpretações:

a assim chamada “teoria da transição urbana”, que supõe que, com a redução a longo prazo da migração rural-urbana, as cidades poderiam alcançar um padrão mais sustentável de desenvolvimento (Torres, Alves e Oliveira, 2007).¹⁵

A maior parte das menções ao tema, no entanto, parece ser feitas de forma que sugere a constatação de um fato: *nesse momento da história humana há mais população em áreas urbanas do que rurais* (UNFPA, 2007; Ojima 2007, Alves, 2009; Ojima e Carvalho, 2009). No entanto, retomando a complexidade do que foi dito acima sobre o urbano contemporâneo, esse tipo de constatação/afirmação perde em substância diante da realidade do fenômeno urbano. Os próprios trabalhos que, a princípio apresentam o tema de modo mais prosaico, passam em seguida a discuti-lo de modo distinto, complexo. Em UNFPA (2007) temos a seguinte definição:

The urban transition. The passage from a predominantly rural to a predominantly urban society. (p. 6)

Em seguida, o mesmo trabalho reelabora o argumento, adicionando o fato de que a definição de urbano tem se tornado problemática. O texto introduz a visão de que a urbanização pode ser vista em uma perspectiva de longo prazo, na qual se vislumbram duas ondas que, *de certa forma*, coincidem com a primeira e segunda transições demográficas. Por outro lado, as ondas são definidas pela própria seqüência em que os acontecimentos têm lugar, já que a primeira onda se deu no âmbito dos países da Europa e América do Norte e a segunda nos países periféricos. Os dois momentos de urbanização, prossegue, têm diferenças marcantes que decorrem da velocidade do processo, da escala muito ampliada (em termos de tamanho de população, de níveis absolutos de redução da fecundidade e das taxas de crescimento da população, de desafios a serem enfrentados pelos governos e sociedades, etc.) em que se dá a segunda onda, e finalmente pela dinâmica da globalização, já que são as cidades os nós principais da dinâmica socioeconômica mundial (UNFPA 2007). O autor acrescenta de forma instigante:

In both waves, population growth has combined with economic changes to fuel the urban transition (p. 7).

Ojima (2006) apresenta também a interpretação da transição urbana em que figuram duas fases. O autor denomina como *de primeira transição urbana* “o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização...” (p. 10). E ainda, acrescenta, “o que podemos chamar de *segunda transição urbana* é uma fase em que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano” (p. 3).

Reunindo as pontas da discussão, incluindo a teoria das *transições demográficas*, a compreensão do *urbano contemporâneo* subjacente ao conceito de *urbanização extensiva* e finalmente a idéia da transição urbana, parece-nos que, embora instigante, a noção desse conjunto de mudanças demográficas tem como motor comum as mudanças urbanas – donde o

¹⁵ Os autores citam como sua referência os textos de Livi-Bacci e De Santis (1998) e Martine (2001). Não tivemos acesso ao primeiro texto. O texto de Martine mencionado não registra a expressão *urban transition*, o que não quer dizer que não lida com a idéia.

termo *transições urbanas* – implicando uma temática apenas se inicia no corpo teórico da demografia. Há, nesse sentido, um longo caminho a percorrer que inclui uma elaboração mais ampla das idéias referentes às transições, demográficas e urbanas, sendo estas agora compreendidas de modo a abarcar realidades para além das cidades. Trabalhos já se aplicam no diálogo do tema das transformações urbanas com a teoria da transição demográfica, inclusive enfrentando áreas desafiadoras, como as questões ambiental e de gênero (Ojima e Carvalho, 2009), mas ainda de maneira não sistemática.

Outra vez, percebemos como uma oportunidade enriquecedora a incorporação de uma reflexão renovada sobre o fenômeno urbano para que esse “potencial do urbano¹⁶” também se reflita na produção acadêmica em estudos populacionais, no momento em que a sua contribuição é, mais do que nunca, esperada como uma reflexão sobre a cidade.

Transições demográficas e urbanas: a realidade e o debate na periferia do capitalismo

Nesta seção abordaremos, como ilustração, uma situação onde percebemos como frutífera a interação do conceito de urbanização extensiva com a reflexão dos estudos populacionais sobre questões sócio-espaciais contemporâneas no Brasil.

Dissemos acima que uma das questões críticas a respeito do alcance da teoria das transições demográficas é sua inadequação a países não europeus e à América do Norte¹⁷ cuja experiência de mudança demográfica se deu de forma distinta do ocorrido no velho continente.¹⁸

Um aspecto adicional do problema é o seguinte. Enquanto as condições da SDT já se difundiam na Europa na segunda metade do séc. XX, em países como o Brasil tinha início, ou estava em curso em alguns espaços (urbanos) selecionados, o que houvera sido a experiência da FDT na Europa: queda da mortalidade e extensão da expectativa de vida, alta fecundidade – logo alto crescimento populacional – e intensa migração rural-urbano – logo intenso crescimento da população em grandes centros urbanos, como São Paulo.

Carvalho e Brito (2005), em trabalho com um importante esforço de autocrítica, demonstram o quanto o debate em estudos populacionais no Brasil sofreu com a perplexidade causada pela superposição de tempos e processos sócio-históricos. O trabalho desses autores recupera o “debate demográfico” corrente no mundo e no Brasil nos anos 1970 e sua polarização frente ao rápido crescimento demográfico vivido pelo país, bem como do dito terceiro mundo, no contexto da guerra fria, das ditaduras, entre outros amplos processos históricos então em curso. No entanto, os autores acrescentam um aspecto que escapava ao debate e que pode ser enfatizado a partir dos dados divulgados no Censo Demográfico de 1970:

já havia indicadores de que a fecundidade das mulheres brasileiras começara a declinar... a certeza sobre a implausibilidade de sua queda, produto do debate e do contexto no qual se realizava, impediram alguns demógrafos, como Carvalho (1973), de enxergar essa realidade... elementos [já] indicavam, claramente, um persistente declínio da fecundidade em regiões responsáveis por 61% da população brasileira em 1970... Estavam a indicar, indubitavelmente, no Sul e Sudeste, persistente e significativo declínio da

¹⁶ Parafrazeando o subtítulo do relatório UNFPA 2007: “*Unleashing the potential of urban growth*”.

¹⁷ Aí poderiam incluir-se talvez algumas outras ex-colônias inglesas, como a Austrália.

¹⁸ Em verdade, essa não é uma perplexidade peculiar dos demógrafos, senão é um esforço comum em ciências sociais na tentativa de entender como a reflexão teórica praticada nos países centrais se ajusta ou não a realidade simultaneamente distinta e conectada dos países periféricos. Para ficar apenas com um bom exemplo, temos a obra do economista Celso Furtado (Furtado 1970, 2000, 2004).

fecundidade, enquanto nenhuma conclusão, sequer inferência, poder-se-ia tirar no tocante às outras regiões. Da série [de dados] do país como um todo, se analisada cuidadosamente, poder-se-ia levantar uma hipótese robusta, qual seja, de que já estaria havendo, pelo menos durante os anos 60, queda sistemática dos níveis de fecundidade (Carvalho e Brito, 2005, p. 358).

Uma visão sobre a dinâmica socioeconômica brasileira nos anos 1970 nos ajuda situar essas mudanças demográficas que, segundo os autores, não foram percebidas pelos estudiosos ao longo daquele período.

Corria o período do *milagre econômico*, que se seguira ao período de crescimento econômico e afirmação da economia capitalista industrial marcada pelo período JK. Em termos da organização do território e da distribuição da população, era um momento de crescimento dos grandes centros urbanos e de estruturação das nove regiões metropolitanas brasileiras. Difundia-se, social e espacialmente, o conjunto de condições que autores neo-marxistas recuperam do trabalho do próprio Marx, as chamadas “*condições gerais de produção*” (CGPs) (Lojkine, 1981; Topalov, 1979). Essas condições, segundo Lipietz (2003), incluem tudo aquilo que é necessário para a reprodução do capitalismo, mas que este sozinho não pode produzir: a força-de-trabalho, a infra-estrutura social, ou o meio ambiente natural ou transformado. Elas:

articulam o consumo produtivo (consumo coletivo) ao processo de produção e circulação do capital. Dizendo de outra forma, a relação entre o processo imediato de produção (A) e o conjunto da produção e circulação do capital em geral (B) se dá por meio das condições gerais de produção. Essas condições articulam, portanto, A e B. (...) são denominadas de gerais porque dizem respeito a condições que viabilizam não apenas um capital em particular, mas um conjunto de capitais. (Lencione 2007).

Monte-Mór (2009), discutindo o contexto e a lógica subjacente à montagem institucional e construção concreta das Regiões Metropolitanas no Brasil, criadas justamente no início da década de 1970, explica que a difusão destas CGPs era imprescindível ao êxito da economia urbano industrial no país:

O que se pretendia na época? Preparar as metrópoles e seu entorno para a indústria Fordista que estava entrando rapidamente no Brasil, indústria de bens de consumo durável, baseada em grandes unidades industriais e localizada, em geral, na periferia das metrópoles, fortalecendo muito as Regiões Metropolitanas e trazendo para as cidades, uma lógica própria da produção industrial... (p. 1).

E em seguida, sobre a necessidade prática da difusão das CGPs no território, explica:

Como é que vai se fabricar automóvel se não tiver estradas asfaltadas, se não tiver rodovias? Como é que vai consumir televisão, geladeira, se não tiver eletrificação? Como é que vai construir máquina de lavar e outras coisas se não tiver água encanada? Então... era preciso integrar o território nacional... estender o salário mínimo a todo o território nacional, (...) estender as condições gerais de trabalho, de gestão da mão de obra a todo o território e com isso o FunRural, a aposentadoria, etc., ..., tudo isso foi universalizado para o território como um todo. Poderíamos dizer que as condições que existiam nas capitais, nas metrópoles industriais e em algumas cidades industriais, como Ipatinga e outras, são estendidas gradativamente, potencialmente, a todo o território (Monte-Mór, 2009, p. 1).

De volta ao debate e à difusão do processo de transição demográfica: o que dizer de uma conexão entre os processos – difusão das CGPs (e a urbanização extensiva) e mudanças no comportamento das variáveis demográficas em todo o território ‘urbanizado’? A existência desta conexão está analisada, e seus argumentos demonstrados de maneira enfática em vários trabalhos, como em Faria (2002):

A rápida e generalizada queda da taxa de fecundidade no Brasil desde o final da década de 1960 é resultado de uma complexa série de causas convergentes. (...) A expansão da cobertura médica e a conseqüente medicalização do comportamento sexual e reprodutivo; o aumento dos serviços públicos de previdência social e a resultante mudança no valor da prole como suporte para a velhice; e a crescente exposição à mídia convergiram para institucionalizar e difundir novos padrões de valores e regras de comportamento que levaram a uma mudança generalizada no tamanho das famílias e a uma crescente demanda por regulação de fecundidade. A mídia — ou melhor, a centralidade da televisão no funcionamento e reprodução da sociedade brasileira contemporânea — teve papel central e estratégico nesse processo, articulando, difundindo, reiterando e institucionalizando novos padrões de comportamento e novas atitudes (p. 22).

Note-se que Faria (2002) menciona condições que estão ligadas à produção e difusão de condições de vida urbanas, tanto de um ambiente físico quanto institucional, explícita ou implicitamente. Cobertura médica implica universidades formando médicos, hospitais, vias de transporte, infra-estrutura de fornecimento de energia elétrica, mercado consumidor para os produtos eletrodomésticos (televisores, rádios, etc.), logo, relações de trabalho assalariado, salários mínimos, benefícios de aposentadoria, entre outros traços da vida urbano-industrial.

O autor faz também menção explícita ao impacto sobre a fecundidade da difusão sócio-espacial de certas condições físicas e institucionais, o mesmo também se poderia dizer sobre a mortalidade e a migração. Afinal, não seria também o caso de haver impactos do espraiamento no território dessas novas condições médico-sanitárias próprias de uma sociedade urbano-industrial, na infra-estrutura urbana (água potável, rede de esgoto, coleta de lixo), nos serviços educacionais e de saúde, nos padrões nutricionais, entre outros, sobre a mortalidade infantil e infanto-juvenil, e sobre a probabilidade de sobrevivência em cada faixa etária? Não o seria também em relação à aceleração da dinâmica econômica dos centros urbanos, agora em diversas escalas e tamanhos, gerando assim um aumento da oferta de postos de trabalho no comércio, indústria, construção civil, serviços domésticos, aparelho estatal, e outros, atuando como fator indutor da transferência de população entre áreas urbanas, eventualmente, implicando migrações de retorno? Em suma, a produção de um novo espaço urbano-industrial no Brasil na segunda metade do séc. XX, e mais particularmente no ultimo quartel, implicou a emergência de um regime reprodutivo adaptado a partir das realidades urbanas mas se estendendo virtualmente a todo o território, dando lugar a uma nova experiência de saúde e morbi-mortalidade, a uma nova vivência de deslocamentos populacionais no novo universo ambíguo da urbanidade extensiva, modificada em relação ao arranjo sócio-espacial e econômico anterior, marcado pela dicotomia campo-cidade.

Considerações finais

A necessidade de consolidação do corpo teórico em demografia já foi apontada por alguns estudiosos como uma tarefa que deveria ser assumida como prioritária, até como contraponto ao notável refinamento metodológico do qual os demógrafos podem e devem se orgulhar (Burch 1996, 2003).

Como área de convergência de muitos campos de estudo – ciências sociais, exatas, da saúde, conhecimentos sócio-geográficos, entre outros – os estudos em população são tradicionalmente abertos à incorporação de corpos conceituais. A proposta deste estudo foi discutir a convergência de conceitos próprios da teoria da transição demográfica, importante contribuição da demografia ao conhecimento em ciências sociais, e outros advindos dos estudos urbanos. Em particular se discutiu a incorporação do conceito de *urbanização extensiva* à reflexão e pesquisa sobre as transições demográficas e a pertinência de empregar esta idéia na ampliação do peso e validade teóricos do conceito de transição urbana,

empregado em trabalhos recentes para discutir a consolidação de uma sociedade majoritariamente urbana.

Registramos que há ganhos em se fazer a aproximação com a discussão da urbanização extensiva, desenvolvida a partir da obra de H. Lefebvre em diversos trabalhos mencionados. Entre outros aspectos, esta abordagem proposta permite um retorno frutífero à discussão do par dialético rural-urbano, superando a visão dicotômica e certo esvaziamento, ou perda de importância, que a temática urbano espacial desfrutou no passado nos estudos de população, talvez em função da relativização das diferenças mais “claras” que antes foram vistas entre a cidade e o campo.

Num momento em que se torna cada vez mais importante o debate e enfrentamento conseqüente dos grandes problemas da sociedade urbana que deve ser a do séc. XXI, a notável contribuição potencial dos estudiosos em população, destacada reiteradamente por G. Martine (2001, 2007), para a transformação da realidade contemporânea, depende de uma visão também contemporânea do fenômeno urbano.

Referencias bibliográficas

ALVES, J.E.D. A transição urbana no Brasil. APARTE: Inclusão Social em Debate. UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/apresentacao.php>. Acesso em 04/04/2010.

ANDERSON, P. (1998). The origins of postmodernity. London ; New York: Verso

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: 2ª Edição. ed. LTC, 1981.

BARROS, L.F.W.; ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em 02/04/2010.

BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

BRITO, F.A.R. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Texto para discussão – Cedepiar, Belo Horizonte, 2007.

BURCH, T. K. (1996). Icons, strawmen and precision: reflections on demographic theories of fertility decline. The Sociological Quarterly, 37: 59-81.

BURCH, T. K. (2003) Demography in a new key: A theory of population theory, in: Demographic Research Vol. 9; p. 263-284

BUZAR, S., OGDEN, P.E., HALL, R. Household matters: the quiet demography of urban transformation. Progress in Human Geography, n. 29(4), 2005. Disponível em: <http://phg.sagepub.com>. Acesso em 16/04/2007.

CALDWELL, J. C. (1976). Toward a restatement of demographic transition theory. Population and Development Review, 2 (3/4): 321-366.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. Brazilian demography and the fall in fertility in Brazil: contributions, mistakes and silences. Rev. Brasileira de estudos populacionais. São Paulo, 22(2), 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 20/02/2008

CARVALHO, J.A.M., GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cadernos de Saúde Pública. Vol. 19(3); Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.scielo.org/>. Acesso em 01/04/2010.

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.T.O.; RODRIGUES, R.N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. São Paulo: ABEP, 1998.

COLBY, M. E. La administración ambiental en el desarrollo: evolución de los paradigmas. *El Trimestre Económico*. Mexico, julio/septiembre, 1991.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the "Second Demographic Transition" – some agnostic comment. In: Vienna Yearbook of Population Research, 2004.

EASTERLIN, R. A. and CRIMMINS, E. M. (eds.). The Fertility Revolution: a supply-demand analysis. In: EASTERLIN, R. A. and CRIMMINS, E. M. (1985). The fertility revolution.. Chap. 1,2. Chicago, University of Chicago Press.

FARIAS, V.; POTTER, J.E. Televisão, telenovelas e queda de fecundidade no nordeste. Novos Estudos CEBRAP, N.º62. 2002. Acesso em 04/04/2010. Disponível em http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/televisao_telenovelas.pdf.

FAZITO, D. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Tese de Doutorado em Demografia, Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2005.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C., Formação econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

FURTADO, C., Formação econômica do Brasil. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.

HARVEY, D. A reinvenção da geografia: Entrevista com editores da *New Left Review*. In: A Produção capitalista do espaço. Annablume, São Paulo, 2006.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBBSAWM, E. J. (2004): A carreira aberta ao talento. In: A era das revoluções: Europa 1789-1848; 18 ed. R. de Janeiro: Paz e Terra.

KESSIDES, C. The Urban Transition in Sub-Saharan Africa Implications for Economic Growth and Poverty Reduction. The Cities Alliance, Washington DC, USA, 2006. Disponível em: <http://www.citiesalliance.org> .

LEFEBVRE, H. (1991). A vida cotidiana no mundo moderno (A. J. d. Barros, Trans. Vol. Sociologia e Política, volume 24). São Paulo: Editora Ática.

LEFEBVRE, H. (2008). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, n° 245 (07), Universidad de Barcelona, Barcelona, 2007

LESTHAEGHE, R.. Imre Lakato's views on theory development: applications to the field of fertility theories. Annual Meeting of the Population Association of America, Washington DC, 1997.

LIPIETZ, Alain. Political ecology and the future of marxism. Ambiente e sociedade, n° 5(2) Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.br>. Acesso em 07/04/2010.

- LIVI-BACCI, M. DE SANTIS, G. Reflections on the economics of the fertility decline in Europe. Bad Herrenalb, Germany, 1998.
- LOJKINE, J. (1981). O estado capitalista e a questão urbana (Ed. S. Abreu, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- MARTINE, G. Getting it Right: Policies for Urban Transformation. Economy & Territory. Acesso em 04/04/2010. Disponível em <http://www.iemed.org/anuari/2008/aarticles/EN253.pdf>.
- MARTINE, G. The sustainable use of space: advancing the population/environment agenda. Paper presented at the Cyber Seminars of the Population-Environment Research Network, 2001. Disponível em: <http://www.populationenvironmentresearch.org>.
- MASON, K. O. (1997). Explaining fertility transitions. Demography, 37 (4): 443-454.
- Mc GRANAHAN, G.; MITLIN, D.; SATTERTHWAIT, D.; TACOLI, T.; TUROK, I.. Africa's urban transition and the role of regional collaboration. International Institute for Environment and Development (IIED), 2009. Disponível em <http://www.iied.org/pubs/display.php?o=10571IIED>.
- MONTE-MÓR, R.L.M. A Cidade e o Urbano. In C. A. L. Brandão (Ed.), *As Cidades da Cidade* (pp. 185-197). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006
- MONTE-MÓR, R.L.M. Espaço brasileiro, metrópoles e desenvolvimento econômico: desafios da RMBH. *Caderno Metropolitano I. A (re)construção da RMBH*. (Palestras Principais da Campanha Urbanicidade). Belo Horizonte: Sedru/ CREA-MG, 2009.
- MONTE-MÓR, R.L.M. Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia. Doctorate's Dissertation submitted of Philosophy Doctor in Urban Planning. University of California, Los Angeles, 2004.
- MONTE-MÓR, R.L.M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006a.
- MONTE-MÓR, R.L.M.. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In S. Feldman & A. Fernandes (Eds.), *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios* (pp. 93-114). Salvador, Bahia: EDUFBA, 2007.
- NOTESTEIN, F.W. Population – the long view. In: Food for the world, Chicago University Press, 1945.
- OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em 02/04/2010.
- OJIMA, R. Notas de Pesquisa - As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial. Revista de Estudos Populacionais, N° 24(2), 2007. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em 02/04/2010.
- OJIMA, R; CARVALHO, R.L.. Gênero, família e meio ambiente: limites e perspectivas para o campo dos estudos de população. Seminário Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais, ENCE/IBGE- ABEP, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>.
- POLLAK, R. A. and WATKINS, S. C. (1993). Cultural and economic approaches to fertility: proper marriage or *mésalliance*? Population and Development Review, 19 (3): 467-496.
- SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo. Cortez, 1997

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec, São Paulo, 1996.

TOPALOV, C. (1979). La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis. Mexico: Editorial Edicol Mexico.

TORRES, H. G., ALVES, H.P.F., OLIVEIRA, M.A.. Expansão Urbana, Mercado Imobiliário e Degradação Ambiental em São Paulo. In: HOGAM, D.J. (Org.) Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2007.

UNFPA. The State of World Population 2007: Unleashing the Potencial of Urban Growth. New York: UNFPA, 2007.